

Epidemiologia & Saúde. M. Zélia Rouquayrol. Rio de Janeiro: Medsi Editora Médica e Científica Ltda., 1994. 527 p.

Cada vez mais o conhecimento das condições de saúde da população, seus determinantes e tendências, constitui elemento de fundamental importância para o campo da Saúde Coletiva. Como a própria autora define, a 4ª edição do livro "Epidemiologia & Saúde", elaborado por Maria Zélia Rouquayrol, é resultado da colaboração coletiva de renomados pesquisadores da área de saúde.

Esta é uma obra técnico-científica essencial para o estudo da Epidemiologia, tanto para acadêmicos (na graduação e pós-graduação), como àqueles profissionais cujo acesso a um programa de capacitação/formação institucional é limitado. Ela assume, assim, papel relevante para o desenvolvimento de ações de saúde, especialmente aquelas específicas do campo da Epidemiologia, mas também servindo como instrumento para outras incursões no campo da Saúde Coletiva.

Os temas são expostos de forma clara e exaustiva, o que lhe confere alto valor didático. Suas 527 páginas estão distribuídas em vinte e um capítulos, possuindo um grande número de quadros, gráficos e figuras que facilitam a compreensão do texto, inclusive para os iniciantes no assunto. Destes vinte e um capítulos, alguns são acréscimos à edição anterior, incluindo aqueles sobre Epidemiologia e organização dos serviços, concentrados na sua relação com outras áreas da Saúde Coletiva, além de apresentar as principais limitações desta articulação.

Esta quarta edição surge com várias modificações e ampliações em relação à anterior. Uma abordagem histórica da Epidemiologia, seguida da apresentação conceitual da mesma e da História Natural da Doença, servem de suporte para ampla discussão acerca da medida da Saúde Coletiva, ressaltando de forma precisa a importância dos principais índices, coeficientes e indicadores utilizados. Com este referencial, discutindo a distribuição das Doenças e dos Agravos à Saúde Coletiva (o que em edição anterior estava apresentado como Epidemiologia Descritiva), Rouquayrol traz, na primeira parte, uma exaustiva apresentação de como responder aos três clássicos quesitos para descrever um pro-

blema de saúde: quem, quando e onde. Na segunda parte, são abordados conceitos sobre conglomerados, endemias e epidemias.

Os fundamentos metodológicos da Epidemiologia são apresentados de forma abrangente pelos autores, discutindo desde a elaboração do problema epidemiológico, passando por fontes geradoras do mesmo, raciocínio epidemiológico, variáveis e hipóteses epidemiológicas até a arquitetura da investigação. Nesta seção, são apresentados os diferentes tipos de pesquisa epidemiológica, com esquemas que permitem sua visualização e seleção adequada a cada situação a ser investigada. Ainda dentro do método epidemiológico, Schmidt & Duncan apresentam sua aplicação na pesquisa clínica. Importante salientar a forma clara com que os autores abordam como ler criticamente um artigo da literatura médica, prática identificada como análise da evidência epidemiológica. Na seqüência, surge uma excitante apresentação de Naomar de Almeida Filho sobre a Clínica e a Epidemiologia, demonstrando seus elementos comuns, suas discordâncias e as suas convergências.

Abordando a estrutura epidemiológica e mecanismos de transmissão de doenças, são apresentados dois capítulos que trazem os conceitos fundamentais, exemplificando-os dentro de seu contexto, trazendo à tona informações a respeito de problemas relevantes e demonstrando preocupação com o atual quadro epidemiológico brasileiro. Ressalte-se a constante preocupação com a contextualização dos tópicos abordados. A imunização mereceu um capítulo em separado, reunindo conceitos já incorporados e apresentando novos avanços do conhecimento, o que assegura sua atualidade.

Há alguns assuntos que estão intimamente relacionados com qualidade de vida, como saneamento, saúde e nutrição, vigilância sanitária e a saúde do consumidor. Embora alguns destes já constassem de edição anterior, e houvesse outras publicações acerca deles, ressalte-se a importância de serem apresentados em um livro, o que facilita o acesso às informações ali constantes. Foi incorporado a esta edição um capítulo sobre saúde materno-infantil, que traz informações a respeito dos principais problemas que atingem estes grupos populacionais. Uma nova

roupagem foi conferida ao abordar a saúde mental. Traz uma sucinta descrição sobre as quatro correntes da psiquiatria social e sobre a Epidemiologia psiquiátrica. Discute aspectos como o normal e a causalidade e a prevenção em saúde mental. Além disto, relaciona as principais variáveis a serem estudadas e os indicadores de saúde mental de grupos. Conclui com uma abordagem sobre a determinação social do processo saúde/doença mental.

O capítulo destinado para a vigilância epidemiológica é apresentado de forma clara e objetiva. Traz todos os passos da vigilância, desde informações acerca da coleta, consolidação e análise de dados (incluindo aí a necessidade da realização de estudos adicionais), elaboração de normas, retroalimentação e avaliação, apresentando os indicadores de avaliação do programa.

A reforma sanitária e os modelos assistenciais são apresentados diante do reconhecimento da complexidade da situação de saúde no país. O autor discute intervenções gerais, como a reforma sanitária, e intervenções setoriais no âmbito da organização de serviços e modelos assistenciais. Aborda também a distritalização e a municipalização das ações de saúde, na perspectiva da organização do Sistema Único de Saúde. Como a vigilância à saúde é uma questão recente, pressupondo uma nova maneira de

acompanhar os serviços assistenciais, incorporando novas tecnologias na busca da integralidade das ações, a Epidemiologia tem o seu papel a desempenhar. Estas e outras questões são abordadas nesta edição.

“Sem uma concepção do coletivo, do social, em suma, do político, é impossível pensar a Epidemiologia”, como coloca Naomar de Almeida Filho, um dos autores desta grande contribuição da Professora Maria Zélia Rouquayrol para o desenvolvimento da Epidemiologia no país, que tem tão poucas publicações na área, em português. É esta concepção que perpassa o livro, tornando lógica a sua organização, desde o seu primeiro capítulo até o glossário. Isto é percebido em toda a obra, destacando uma passagem de um dos capítulos, onde ressalta que “antes que haja uma prevenção primária, há que haver uma prevenção de caráter estrutural”, começando a mesma ao nível das estruturas políticas e econômicas. Esta é, sem dúvida, uma obra essencial tanto para a graduação como para a pós-graduação e para profissionais comprometidos com a saúde da população.

Ana Lúcia Escobar

Departamento de Ciências Biomédicas
Universidade Federal de Rondônia

Through Amazonian Eyes. The Human Ecology of Amazonian Populations. E. F. Moran. Iowa City: University of Iowa Press, 1993. xix + 230 p., índice, biblio., figuras ISBN 0-87745-417-5 (capa dura) ISBN 0-87745-418-3 (brochura)

Embora a comunidade antropológica e arqueológica nacional tenha ficado completamente à margem do pensamento ecológico sistêmico que se desenvolveu nas suas respectivas áreas maiormente nos Estados Unidos, graças ao esforço de dezenas de cientistas norte-americanos, a Amazônia se tornou, por certo, nas décadas de 60, 70 e 80, a principal região do planeta estudada sob a ótica do materialismo cultural. Às pesquisas pioneiras de Meggers, Carneiro e Cross, concentradas,

basicamente, sobre fatores ubíquitos limitantes ao desenvolvimento social na Amazônia, seguiu-se uma nova geração de investigadores, interessados, agora, não mais numa concepção de homogeneidade para a floresta tropical, homogeneidade essa cada vez mais contestada pelos estudos de ecologia de sistemas. Pode-se dizer que a década de 80 testemunhou uma grande mudança nas abordagens antropológico-ecológicas na Amazônia. Se, por um lado, os pioneiros concentraram-se sobre fatores limitantes de larga escala, a geração dos anos 80 investiu exatamente naquilo que a Amazônia tem de mais importante: na sua extrema heterogeneidade de sistemas naturais e, por conseguinte, na extrema sociodiversidade apresentada por suas populações nativas e tradicionais, resultado, obviamente, de respostas adap-

tativas, de cunho social, a essa miríade de possibilidades de sustentação material à produção e reprodução das sociedades envolvidas.

O primeiro grande avanço dessas pesquisas voltadas para respostas adaptativas a fatores locais na Amazônia foi brilhantemente esboçado no obra seminal de Hames & Vickers (1983). Mas se, por um lado, os pioneiros falharam ao assumir uma pretensa homogeneidade, esses últimos acabaram adotando uma outra extremidade na escala analítica: concentraram suas atenções a pesquisas exclusivamente pontuais. Em outras palavras, os primeiros generalizaram a partir de idéias preconcebidas, sem sustentação numa casuística de detalhe, enquanto que os últimos preferiram concentrar-se em estudos de casos para, somente num segundo momento, empreender tentativas de generalizações em escala e profundidade empiricamente justificadas. Creio que o maior mérito da obra de Moran, entre tantos outros, é exatamente o de preencher o *gap* entre esses dois extremos da escala. Se, por um lado, Moran parte de um conhecimento detalhado da variabilidade ecológica e social da Amazônia, e isto implica, necessariamente, num conhecimento enciclopédico da literatura ecológica, antropológica e arqueológica, por outro tenta organizar suas correlações não mais em espaços pontuais, mas em amplos espaços, que poderíamos denominar os grandes ecossistemas amazônicos já reconhecidos como tais. A obra é, portanto, a síntese mais completa e epistemologicamente mais consistente sobre como as distintas paisagens amazônicas interferiram na formulação das organizações sociais de suas populações humanas, organizações sociais aí entendidas como soluções adaptativas para o enfrentamento de questões de sustentabilidade material.

No primeiro capítulo, além do autor apresentar um breve resumo da história recente das populações nativas da Amazônia, apresenta um quadro extremamente didático sobre a variabilidade ecológica da região, demonstrando claramente que ela é bastante superior às tradicionais várzea e terra firme. A partir daí, organiza seu livro em torno daquilo que denomina os quatro grandes ecossistemas já reconhecidos na região: os ecossistemas de rios de águas negras, os de florestas altas, os de várzeas e os de savanas. Moran não assume, em absoluto,

que sua compartimentação ecológica esgota a diversidade ecossistêmica da região. Na verdade, em quase todos os capítulos, o autor enfatiza que qualquer um desses ecossistemas apresenta grande variação interna. Ocorre, entretanto, que essa variabilidade “intraecossistemas conhecidos” ainda está por ser melhor estudada e organizada. Falta uma tipologia aceitável sobre a qual trabalhar. Exatamente por isso, o autor prefere adotar uma postura conservadora, porém prudente, ao restringir suas análises antropológicas a apenas quatro grandes ecossistemas.

Certamente dos quatro capítulos onde a adaptação e a adaptabilidade social são tratadas, o mais elegante e com maior coerência intrínseca é o que trata dos ecossistemas de rios de águas negras, também publicado isoladamente pelo autor, sob a forma de artigo, em *American Anthropologist*. Qualquer antropólogo, por mais ideacionista que possa ser, rende-se às evidências incontestes, apresentadas por Moran, de como as características oligotróficas desses ecossistemas influenciaram diretamente na morfologia social das populações nativas que ali se estabeleceram ao longo dos séculos. Mas o próprio autor admite que o mérito é menos seu do que da própria situação de campo. Afinal, são os ecossistemas de águas negras que apresentam, na Amazônia, os maiores obstáculos ao assentamento humano, em termos de sustentabilidade material. A Antropologia Ecológica prevê claramente que é sob situações de extrema indisponibilidade de recursos materiais que as populações humanas apresentam menor flexibilidade de organização social, gerando, dessa forma, morfologias extremamente idiossincráticas.

Mas Moran não adota uma postura *naive* diante das relações entre meio ambiente e organizações sociais humanas. Tão pouco restringe a variabilidade paisagística somente àquela que foi captada pelo exercício da ciência. Durante todo o livro, Moran tenta demonstrar não somente como as sociedades humanas são capazes de agir sobre ecossistemas naturais, forjando aquilo que William Balée denomina “florestas culturais” mas também como determinados compartimentos reconhecidos pela ecologia ocidental desdobram-se em nuances de diversidade, quando lidos à luz do conhecimento nativo.

O último capítulo, “Human Ecology as a Critique of Development”, deveria ser de leitura obrigatória àqueles que se encarregam de gestões de políticas públicas para a Amazônia. Se personalidades regionais, como Gilberto Mestrinho (só para citar o mais polêmico embora o mais transparente deles) o lesse e fizesse um esforço honesto de entendê-lo, muitos dos erros cometidos no passado no intento de desenvolver a região mostrar-se-iam desnecessários e, certamente, o futuro poderia ser poupado do vexame internacional de vê-los repetidos e da miséria social e natural por eles produzidas. Ainda que a Ciência e a observação sistemática do etnoconhecimento estejam longe de gerar soluções para todos os problemas que afligem a região, longe estamos da ignorância completa sobre a bio e a sociodiversidade amazônicas. Pelo menos suficientemente longes para evitarmos meia dúzia de erros banais, cuja ocorrência não merece outra classificação que desídia e cuja re-ocorrência não merece outra classificação que crime contra a humanidade.

Em síntese trata de uma grande obra, escrita por um grande especialista em assuntos amazônicos. Certamente entrará para o futuro como uma das principais obras realizadas sobre a ecologia das populações humanas amazônicas. Com a diferença que, neste caso, poderemos nos orgulhar de ter visto, pela primeira vez na história da Antropologia Ecológica Brasileira, se é que

existe uma, uma obra gerada pelo pensamento materialista publicada primeiramente no país, em português, já que a mesma pode ser encontrada nas prateleiras das livrarias e bibliotecas nacionais sob o título de “A Ecologia Humana das Populações da Amazônia”, editora Vozes, desde 1990. Ignorá-la, seja na sua versão em português, seja na sua recente versão em inglês, poderá redundar num grande atraso para a produção antropológica, enquanto ciência, e em graves equívocos desenvolvimentistas para aqueles responsáveis pelos destinos geo-políticos da região.

Walter Neves

Instituto de Biociências
Universidade de São Paulo

Referências Bibliográficas

- BALÉS, W., 1989. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas* (W. A. Neves, org.), Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- HAMES, R. & VICKERS, W. (Eds.), 1983. *Adaptive Responses of Native Amazonians*. New York: Academic Press.
- MORAN, E. F., 1991. Human adaptive strategies in Amazonian blackwater ecosystems. *American Anthropologist*, 93: 361-382.

As Ciências no Brasil. Fernando de Azevedo (organizador). 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. 2v., ilus. ISBN 85-7108-067-4

O Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro fez uma coisa que há muito já deveria ter sido feita: reeditou *As Ciências no Brasil* de Fernando de Azevedo.

Faz muito tempo, andei lendo algumas partes desse livro na biblioteca do Instituto Oswaldo Cruz e, quando recentemente apareceram diversos volumes sobre as ciências no Brasil, fiquei impressionado com a diferença de padrão. Como diz Antônio Cândido no prefácio, o primeiro “foi

a síntese orientada pelo homem certo na hora certa”. Apesar do autor desse prefácio falarem saber “desinteressado” Fernando de Azevedo abre a introdução, mencionando o papel da Escola de Sagres nas descobertas do século XVI.

Muito bem explicadas as razões do atraso cultural do Brasil, no tempo da colônia.

Não sabíamos do papel do Visconde do Rio Branco, no desenvolvimento do ensino das ciências com a transformação da Escola Central em Escola Politécnica e a fundação da Escola de Minas em Ouro Preto.

Fernando de Azevedo critica acerbamente, o que chamou de “era dos tributos” que se instalou no segundo império, mas essa introdução é, na verdade, tuna bela peça oratória.

A matemática está apresentada por F. M. Oliveira Castro. No império ela foi ensinada onde era necessária, nas escolas militares e de engenharia.

Para quem não é versado em astronomia fica difícil fazer qualquer comentário sobre esse capítulo. Entretanto, salta aos olhos o interesse que existia por essa ciência no tempo das grandes descobertas. Houve até padres jesuítas astrônomos.

A física foi apresentada por J. Costa Ribeiro e sua história é semelhante à das outras ciências. Acompanhou o lento desenvolvimento cultural do país.

O estudo da meteorologia coube ao seu maior entusiasta, Sampaio Ferraz. É uma história de lutas, vitórias e derrotas, onde sobressaem as contribuições individuais.

Já conhecíamos a força do prof. Victor Leinz, de modo que não nos surpreendeu o brilhantismo de sua apresentação da geologia. Do mesmo nível é a contribuição de Othon Leonardos sobre a mineralogia e a petrografia.

Na geografia Costa Pereira apresenta, na realidade, uma interessantíssima história do Brasil.

Uma comparação com a *História das Ciências no Brasil* editada por Mario Guimarães Ferri e Shozo Motoyama, fica difícil, são coisas heterogêneas. A partir da criação de CNPq, da Finep e das fundações estaduais, pode-se dizer. “choveu dinheiro na horta da pesquisa científica”. Houve uma explosão de publicações e, como dizem diversos autores, a qualidade não correspondeu aos recursos disponíveis. Nisso ainda interfere um outro fator. A associação do ensino com a pesquisa levou à necessidade de fazer currículo. Dessa forma, é comum encontrar trabalhos de professores universitários tecnicamente muito bem feitos, mas que não acrescentam uma linha ao conhecimento humano. Publicados, portanto, unicamente para servir como título. O que, a nosso ver, é lamentável.

Mario E. Aragão

Departamento de Ciências Biológicas
Escola Nacional de Saúde Pública

Aboriginal Health and History: Power and Prejudice in Remote Australia. E. Hunter.

New York: Cambridge University Press, 1993.
xvi + 318 pp., índice, biblio., figuras e tabelas.
ISBN 0.521.41629.9 (capa dura)
ISBN 0.521.44760.7 (brochura)
US\$59.95

A obra em apreço, de autoria de Ernest Hunter, médico psiquiatra australiano, constitui uma das mais importantes contribuições recentes à epidemiologia das populações nativas da Oceania.

Trata-se de um estudo de caso que enfoca a população aborígina da região de Kimberley, ao noroeste da Austrália. O objetivo da investigação é analisar o impacto sobre as condições de vida e de saúde aborígina, das mudanças socioculturais, econômicas e ambientais advindas do contato com os Europeus. Hunter está particularmente interessado em epidemiologia e saúde mental, enfocando o alcoolismo, mudanças de

comportamento, assassinatos e suicídio na população aborígina.

Ernst Hunter realiza cuidadoso inquérito epidemiológico, complementado pela análise de dados secundários (principalmente causas de óbito) disponíveis nos serviços locais de saúde. Simultaneamente, o autor conduz investigação de orientação antropológica constituída por entrevistas em profundidade. Chama a atenção o cuidado com o método, sempre apresentado de forma crítica. Questões de ordem ética advindas da investigação de campo são também discutidas ao longo do texto.

Até a chegada dos europeus no final do século XIX, a região de Kimberley constituiu território sagrado dos povos aborígenas por mais de 40 mil anos. Após este contato, suas terras foram violentamente invadidas por fazendeiros, garimpeiros e outros intrusos, o que levou a dizimação da população nativa e usurpação de seus territórios. O autor demonstra sem deixar dúvidas como que a marginalização e alienação dos

povos aborígenas, expulsos de suas terras e forçados a viver na periferia de uma sociedade que não os aceita, leva a um quadro de pobreza e violência generalizada.

Chama a atenção a semelhança do quadro descrito por Hunter com aquele observado nas regiões mais pobres do mundo “subdesenvolvido”, o que torna ainda mais gritante os resultados deste estudo por expor as enormes distâncias que separam o “main stream” da sociedade australiana de seus aborígenas. Elevadas taxas de mortalidade materna e infantil, altas prevalências de infecções respiratórias, desnutrição infantil, doenças cardiovasculares, diabetes mellitus, alcoolismo e acidentes somam-se às precárias condições de vida, habitação e desemprego, produzindo um quadro marcado por violência, alcoolismo e elevadas taxas de suicídio entre jovens.

Ao final do livro, no entanto, o autor assume um tom otimista no que se refere ao futuro da população aborígena da Austrália em geral, e de

Kimberley em particular. Para Hunter, os acenos recentes por parte do governo federal, através da promulgação de legislação específica, visando regularizar a situação das terras aborígenas, são um indicativo de que, no futuro próximo, mudanças positivas poderão ocorrer para reverter o cenário tão vivido de pobreza e exclusão descrito pelo autor. Além disso, o amadurecimento e expansão dos movimentos étnicos na Austrália dão voz às lideranças aborígenas, fato inusitado na história do país.

A leitura deste livro é altamente recomendada não somente pelas discussões metodológicas e teóricas mas, principalmente, pela análise metódica de uma realidade que, em sua essência, aplica-se também à realidade com a qual se deparam as populações indígenas no Brasil.

Carlos E. A. Coimbra Jr.

Departamento de Endemias Samuel Pessoa
Escola Nacional de Saúde Pública

Qualidade de Vida: Compromisso Histórico da Epidemiologia. Maria Fernanda F Lima e Costa & Rômulo Paes de Sousa (organizadores). Belo Horizonte: Coppmed/Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. 290 p.
ISBN 85-85002-11-5

Organizado por Maria Fernanda F. Lima e Costa e Rômulo Paes de Sousa, o livro “Qualidade de Vida: Compromisso Histórico da Epidemiologia” constitui-se nos Anais do II Congresso de Epidemiologia, realizado em Belo Horizonte, 1992. A variedade de tópicos abordados nas conferências, mesas-redondas, painéis e grupos de discussão propicia, a nosso ver, um apanhado compreensivo da teoria e da prática corrente da Epidemiologia, particularmente no Brasil e nos países da América Latina. É uma produção científica bem-vinda, que demonstra o sucesso e vigor deste evento, com os textos agrupados por grandes temas, conforme explicitam os próprios organizadores.

Por se tratar de uma coletânea que reúne apresentações em um fórum de discussão, por-

tanto com características dinâmicas, trabalhos rigorosamente escritos do ponto de vista editorial se entremeiam com versões preliminares de artigos ainda com bibliografia parcial ou inexistente, além de alguns deslizes de citação e de ortografia. Não importa, é justamente na agregação de textos heterogêneos, que se pode apreender a força das idéias, a expressão das “inteligências”, as peculiaridades das contribuições individuais e de grupos, e, principalmente, a rede de interações geradas durante o Congresso de Epidemiologia.

A obra dividida em 13 partes, incluindo relatórios de grupos de discussão e sumário das publicações científicas dos dois primeiros Congressos de Epidemiologia, apresenta, no capítulo de abertura, os artigos: “Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia”; “Repensando a associação entre indicadores de saúde e de qualidade de vida”; “Quantitativo e qualitativo em indicadores de saúde: revendo conceitos”. Ruffino Netto faz uma retrospectiva histórica correlacionando a qualidade de vida com o conhecimento em diferentes períodos, e exemplifica através de indicadores econômicos

e epidemiológicos as desigualdades sociais no Brasil. C. G. Victora F. C. Barros apresentam criativas pesquisas recentes sob o perfil epidemiológico da mortalidade infantil, utilizando os clássicos indicadores de saúde adaptados às novas condições de urbanização. M. C. S. Minayo discute com vigor a complementariedade entre o quantitativo e o qualitativo em saúde, bem como os equívocos de compreensão arraigados nesta área.

As doenças infecto-contagiosas e crônicas, tradicionalmente objeto de estudo da Epidemiologia, compõem os dois capítulos seguintes. Doença de Chagas, AIDS/HIV e Cólera são abordadas no seu aspecto histórico, na complexidade da dinâmica da população e no processo de disseminação infra-urbano pelos textos: “Doença de Chagas no Brasil – situação atual e perspectivas”, J. C. P. Dias; “Epidemiologia da AIDS/HIV no Brasil”, M. D. C. Guimarães; “Cólera – situação atual e tendências”, M. Libel. Sobre o tópico – Epidemiologia das Doenças Crônico-Degenerativas – o artigo “Câncer no Brasil: um risco crescente”, G. A. S. Mendonça enfatiza a expressão do câncer no quadro nosológico dos países em transição demográfica, demonstrando as diferenças regionais através das taxas de incidência dos seis registros brasileiros. Discorre; ainda, sobre fatores de risco, incluindo o acidente radioativo ocorrido em Goiânia. Em “Bases epidemiológicas para o controle do diabetes mellitus”, L. J. Franco traça o perfil epidemiológico no Brasil e registra o despreparo do sistema de saúde como um todo para atendimento da demanda e controle.

Abordando os temas de nutrição e morbimortalidade são incluídos os artigos: “O estado nutricional das crianças brasileiras: a trajetória de 1975 a 1989”, C. A. Monteiro et al. e o “The impact of vitamin A supplementation on child mortality and morbidity”, D. A. Ross. Trazem os resultados de pesquisas epidemiológicas, conduzidas dentro do rigor metodológico e com implicações práticas, ressaltando o impacto de deficiências nutricionais na população infantil no Brasil e países de terceiro mundo.

Isolado no capítulo – Causalidade na Epidemiologia – e polêmico no conteúdo, o artigo “Caos e causa da Epidemiologia”, N. Almeida

Filho, tem o grande mérito de ser provocador ao distinguir a Epidemiologia inferencial da Epidemiologia referencial, fatores de risco e cenários de risco, questionando conceitos já estabelecidos. Traz ao final da mesa-redonda a transcrição da fala dos participantes, que parecem atraídos pelas possibilidades de incorporação de uma Epidemiologia com poder de transformação na prática dos serviços de saúde.

Abrindo a parte intitulada As Concepções do Coletivo em Epidemiologia, o cuidadoso e fundamentado artigo de M. L. Barreto e P. C. Alves – “O coletivo *versus* o individual na Epidemiologia: contradição ou síntese?” – tem como objetivo central analisar a concepção de coletivo utilizada na epidemiologia e a influência de outras disciplinas na construção deste conceito. Em “Dialectica de lo colectivo en Epidemiologia”, autor estrangeiro, J. Breilh, resgata na poesia do grande poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, a metáfora atual de um marxista que compreende os novos tempos, mas lembra que as desigualdades no terceiro mundo podem não ser resolvidas com os modelos políticos neoliberais tão em moda.

Reunidos sob o tema “Epidemiologia no terceiro mundo”, os artigos de três especialistas de países latino-americanos vão do âmbito mais geral dos conceitos e da produção científica recente, ao particular da Epidemiologia da velhice enquanto desafio adicional neste contexto. S. Franco, da Colômbia, discute em “para estudiar la salud del tercer mundo. Anotaciones preliminares” as categorias tradicionalmente utilizadas para dividir os países e critica a inadequação de tais definições econômicas que camuflam as desigualdades sociais internas de cada região do mundo. H. P. P. Zuñiga, em “Epidemiologia no terceiro mundo”, analisa a produção científica da América Latina, em 1991, comparando-a com a internacional e incluindo um perfil do Chile em relação à Epidemiologia nos serviços de saúde e no ensino. R. P. Veras, em “Envelhecimento – desafios e perspectivas: um estudo de prevalência na cidade do Rio de Janeiro”, congrega resultados de pesquisas de campo, com extenso e atual referencial teórico, inovando por

apresentar a discussão da mudança do perfil demográfico no contexto terceiro-mundista. Enfatiza que estes novos desafios de atividades e pesquisa em saúde em relação ao idoso, devem ser incorporados no compromisso histórico da Epidemiologia com a qualidade de vida.

“A Epidemiologia na organização dos serviços de saúde” é tema de mesa-redonda. As discussões sobre os marcos teóricos e sobre os efeitos das políticas institucionais na organização social dos serviços é introduzido por G. R. Silva que aponta o modelo proposto por Castelhana como uma boa aproximação para este tipo de análise. Segue-se a exposição sobre “A reforma sanitária e os modelos assistenciais: a epidemiologia na organização dos serviços de saúde”, J. S. Paim que apresenta, de forma didática, as mudanças dos modelos assistenciais vigentes e as propostas alternativas, bem como os fundamentos do processo de municipalização e distritalização em saúde na atual conjuntura brasileira. O enfoque da estratificação epidemiológica como instrumental metodológico para avaliar o impacto das desigualdades de vida sob as condições de saúde é abordado por N. Nuñez em “Perfiles de mortalidad según condiciones de vida en Venezuela”. P. J. N. Chequer, em “Epidemiologia e serviços de saúde”, discute sobre a importância da criação de um Centro Nacional de Epidemiologia do Ministério da Saúde como *locus* de formulação de propostas nacionais no campo da epidemiologia.

O tema ecologia e sua relação com os modelos de crescimento econômico é contemplado na conferência de P. M. Buss, “Desenvolvimento, ambiente e saúde”. Traça um panorama da América Latina nas últimas décadas, incluindo desde aspectos relativos à organização do espaço, migração rural-urbano, mobilidade continuada e pauperização a exemplos específicos sobre o uso de agrotóxicos, mercúrio e poluição do ar.

Embora sob ângulos diferentes, os artigos incluídos no item – Ética e Epidemiologia – reforçam a necessidade de definição de regras

de conduta, nas ações do Estado, nas pesquisas e nas atividades de prestação de serviços, devido à natureza coletiva da epidemiologia. A preservação dos direitos humanos sem negligenciar o dado local, a busca do bem-estar social e o respeito ao indivíduo são os pontos comuns aos artigos: “Ética de 1 desarrollo y papel del sector salud” R. Rodriguez, “Ética sanitária”, S. G. Dallari; “Ética e epidemiologia”, M. B. Debert-Ribeiro.

A análise da produção científica dos dois primeiros Congressos de Epidemiologia, feita em “Temas e métodos de Epidemiologia: análise da produção científica dos congressos brasileiros de epidemiologia, 1990 e 1992” evidencia o número crescente de participantes e de trabalhos. Vale destacar o que diz M. L. S. Souza et al.: “participar em Congresso representa a oportunidade para exposição de experiências que estavam escondidas no dia-a-dia do trabalho institucional. Por isso pode significar, não somente expressão de interesses individuais, mas de reflexos do clima de prioridades e incentivos que predominam no campo da Epidemiologia”. Como parte final do livro, quatro relatórios: “Fundamentos conceituais em epidemiologia”, “Repensando a vigilância epidemiológica”, “Epidemiologia na pós-graduação *stricto sensu*” e “Utilização de grandes bancos de dados” representam a opinião de especialistas de diferentes situações.

Os congressos de Epidemiologia, através de seus rituais de confraternização, possibilitam a discussão de idéias inovadoras e polêmicas e o reconhecimento de conceitos e bandeiras que irão frutificar e influenciar a produção científica e a prática de saúde nos próximos anos. Este livro, por disseminar tais debates, merece ser lido e utilizado como fonte de consulta na área acadêmica e nas atividades de saúde.

Celina Maria Turchi Martelli

Departamento de Saúde Coletiva
Universidade Federal de Goiás

Principais Mosquitos de Importância Sanitária no Brasil. *Rotraut A. G. B. Consoli & Ricardo L. de Oliveira* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. 228 p.
ISBN 85-85676-05-5
R\$ 19,00

Trata-se de livro que objetiva, para os que se interessam em iniciar-se na especialidade, apresentar os elementos fundamentais do estudo dos mosquitos *Culicidae*. Nesse sentido preocupa-se, de início, com a morfologia externa e a biologia e a morfologia interna desses animais. A partir do Capítulo 3 e no total de cinco que compõem o livro, o texto é dedicado a classificação, identificação e o fornecimento de alguns dados sobre a biologia de espécies de interesse

epidemiológico. Termina dedicando o Capítulo 5 à descrição de técnicas de estudo.

Obviamente, não se pode dizer que se trata de texto largamente abrangente, mas sim especializado em populações vetoras epidemiologicamente significantes no Brasil. Dentro do objetivo a que se propôs; constitui texto aproveitável e útil para estagiários de nível médio que se destinem à operacionalização de campanhas sanitárias de controle. Nesse sentido recomenda-se para laboratórios de saúde pública e mesmo para novos cursos de parasitologia de escolas médicas.

Oswaldo Paulo Forattini

Faculdade de Saúde Pública

Universidade de São Paulo